


EPISTEMOLOGIAS MARXISTAS “DO LADO DE CÁ DA LINHA ABISSAL” PARA COMPREENDER A REALIDADE URBANA BRASILEIRA

Marxist epistemologies "from this side of the abyssal line" to understand the brazilian urban reality


Nei Alberto Salles Filho


Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Ponta Grossa-PR, Brasil
nei.uepg@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4231-2988>

Diego de Paula

Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Ponta Grossa-PR, Brasil
diegodp.adv@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2086-8803>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma pesquisa exploratória bibliográfica que busca identificar epistemologias marxistas produzidas pelo e no sul global, que se voltem à interpretação e compreensão do acontecer urbano dos países da periferia do capital globalizado, tendo como foco o Brasil. Nesse sentido, apresenta perspectivas teóricas de Milton Santos, geógrafo marxista brasileiro, que, a partir das conceituações adotadas acerca das epistemologias do sul, com fundamento em Boaventura de Souza Santos e Aníbal Quijano, podem ser entendidas como movimentos de produção de conhecimento que se contrapõem às teorias eurocêntricas e do norte global, e assim se apresentam como alternativa às epistemologias dominantes nas ciências sociais referentes à compreensão da questão urbana. Assim, na medida em que as perspectivas teóricas indicadas se configuram como de cunho eminentemente marxista, este trabalho lança reflexões, e ao fim afirma sobre a possibilidade de pensarmos epistemologias marxistas decoloniais, ou em outros termos, a descolonização do marxismo.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do Espaço. Cidade Capitalista. Epistemologias do Sul. Marxismo decolonial.

ABSTRACT

This article develops a bibliographical exploratory research that seeks to identify Marxist epistemologies produced by and in the global south that turn to the interpretation and understanding of the urban happening of underdeveloped countries on the periphery of globalized capital, focusing on Brazil. In this sense, it presents theoretical perspectives of Milton Santos, Brazilian Marxist geographer, who from the concepts adopted about southern epistemologies, based on Boaventura de Souza Santos and Aníbal Quijano, can be understood as movements of knowledge production that are opposed to Eurocentric theories and the global north and thus present themselves as an alternative to the dominant epistemologies in the social sciences related to the understanding of the urban issue. Thus, to the extent that the theoretical perspectives indicated are configured as eminently Marxist in nature, this work launches reflections, and ultimately affirms, on the possibility of thinking decolonial Marxist epistemologies, or in other terms, the decolonization of Marxism.

KEYWORDS: Space Production. Capitalist City. Southern epistemologies. Decolonial Marxism.

1 INTRODUÇÃO

O colonialismo, enquanto forma de dominação político-administrativa direta e territorial e de exploração de trabalho e riquezas, parece, ao menos na realidade latino-americana, estar superado em decorrência dos movimentos de independência das colônias ocorridos até meados do século XIX. Entretanto, resta ainda desta forma de domínio até os dias atuais a colonialidade, que a partir dos pressupostos teóricos de Aníbal Quijano (2009) pode ser compreendida como sujeição ainda a correntes de pensamento e conhecimento que, no passado, nos determinaram simbolicamente e materialmente como sujeitos subalternos e como produtores de saberes e conhecimentos não reconhecidos, até então, a nível global.

É no sentido de superação dessa dominação e da “linha abissal” que separa o norte e o sul global (simbólicos e geográficos), que Boaventura de Souza Santos propõe a formulação e o reconhecimento das epistemologias do sul.

Entretanto, no que se refere às bases teóricas que se voltam à questão urbana, fundar-se em matrizes do pensamento marxista enquanto teoria social crítica ao capitalismo e suas formas de produção de desigualdade parece ser fundamental para a compreensão da lógica de produção e reprodução das problemáticas que envolvem a questão urbana.

Dessa forma, importa questionar em que medida é possível se convergirem proposições teóricas de raízes metodológicas e teóricas marxistas, com o necessário pensamento de superação da colonialidade do saber eurocêntrico a partir das epistemologias do sul.

Assim, não se pretende aqui contrapor o marxismo às ideias de construção e reconhecimento de epistemologias que se opunham ao eurocentrismo; ao contrário, trata-se de reconhecer a possibilidade de que epistemologias produzidas no sul global, pelo sul global e para o sul global (geográfico e simbólico) apresentem-se enquanto sínteses da matriz de pensamento marxista e das construções epistemológicas decoloniais.

Com isso, o objetivo do presente trabalho é identificar epistemologias decoloniais, na perspectiva de compreensão da questão urbana e da condição e forma da cidade capitalista, que não se afastem de uma teoria social de matriz marxista crítica ao capital enquanto produtor e reproduzidor da questão urbana e da questão social.

Nesse sentido, elencar o pensamento de Milton Santos enquanto teórico marxista que, na medida em que se contrapõe às teorias explicativas da condição e da questão

urbana de países desenvolvidos para compreender a realidade urbana latino-americana e principalmente brasileira, pode consubstanciar-se como teórico decolonial, parece engendrar um mirante possível para tal compreensão.

Para tanto, o texto se subdivide em quatro seções: a primeira, contextualiza a questão da colonialidade do pensamento enquanto processo de supressão e apagamento de formas de saberes e de produção de conhecimento que não as eurocêntricas e do norte global, tendo a noção de epistemologias do sul de Boaventura de Souza Santos uma importância central enquanto (possível) movimento de superação desta forma de dominação; a segunda, caracteriza a problemática da questão urbana da cidade do capitalismo periférico enquanto palco de desigualdades sociais e espaciais, e que dá fundamento à necessidade de a compreender, a partir de construções teóricas produzidas nela e por ela; a terceira, apresenta um conjunto indissociável de perspectivas teóricas que contribuem para a formação dessa construção teórica local de compreensão da realidade urbana brasileira, a partir do olhar de Milton Santos e, enquanto síntese e tópico de conclusão, a afirmação da possibilidade de uma epistemologia marxista decolonial.

2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL COMO SUPERAÇÃO DA LINHA ABISSAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A questão da colonialidade (QUIJANO, 2009), ou seja, da dominação cultural e econômica de ex-colônias, sua maioria no sul global (geográfico e simbólico), pelas antigas metrópoles do norte global (também geográfico e simbólico), é questão que até hoje permeia o acontecer do mundo. Para além da dominação e exploração econômica por parte do centro do capitalismo ainda presente no atual contexto de mundialização financeira, a colonialidade compreende também a dominação das possibilidades de reconhecimento dos indivíduos e sujeitos-coletivos para além da subalternidade e condição periférica determinada pela dominação cultural e de produção do conhecimento do norte global.

Isso quer dizer que, enquanto países e comunidades sujeitas às relações passadas de colonização, ainda não nos libertamos totalmente das correntes de pensamento que nos determinaram, no passado, como sujeitos subalternos, invisíveis e inexistentes para um mundo agora globalizado e ditado pelas regras dos países desenvolvidos de um norte global por vezes simbólico.

Assim, vemos a partir do eurocentrismo um verdadeiro modelo de dominação do saber e da ciência, engendrado em decorrência de uma hierarquização, sobreposição e exclusão de outros saberes ou conhecimentos que não aqueles que partem da hegemonia eurocêntrica e, de forma simbólica, da dominação do norte global (SANTOS, 2009).

A esse processo de supressão e apagamento dos conhecimentos desenvolvidos pelos povos dominados e colonizados, Boaventura de Souza Santos (2009) denomina de “epistemicídio”.

Esse processo de epistemicídio destrói outros tipos de conhecimento que não os gerados no meio dominante, não os reconhecendo como saber e conhecimento válidos e existentes, retirando-lhes os contextos político e cultural específicos dos colonizados. Dessa forma, retira da discussão a um nível global validado pelo setor de produção do conhecimento dominante, reflexões e perspectivas teóricas que são produzidas a partir de realidades concretas dos países e comunidades dominadas que se criticam e se contrapõem ao capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Santos (2009) nos remete a pensar sobre o contexto de origem das epistemologias, afirmando que diferentes relações sociais formam diferentes epistemologias (SANTOS, 2009). E nessa possibilidade de coexistência de epistemologias, o processo de epistemicídio realizado pelas epistemologias dominantes silencia e subjuga os conhecimentos dos colonizados.

Nessa relação entre colonizadores e colonizados, epistemologias dominantes e epistemologias aniquiladas, Santos (2009) desenvolve a ideia de “linha abissal” que separaria o lado de lá (da dominação e produção de conhecimento válido) do lado de cá (dos inexistentes e das invisibilidades). Tratando dessa linha e de suas perspectivas visível e invisível, Santos (2009) clarifica que:

As divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas e tornadas invisíveis tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa. [...] Originalmente, existiu uma localização territorial e esta coincidiu historicamente com um território social específico: a zona colonial. Tudo que não pudesse ser pensado em termos de verdadeiro ou falso, de legal ou ilegal, ocorria na zona colonial (SANTOS, 2009, p. 26).

Estas linhas abissais, geram pensamentos abissais, caracterizados fundamentalmente pela “impossibilidade” da copresença dos dois lados da linha. Este lado

da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2009, p. 24).

É no sentido de superar esta linha abissal e este pensamento abissal como forma paradigmática que Santos (2009) propõe a construção de um pensamento pós-abissal consubstanciado num movimento de despertar das culturas e dos conhecimentos dos dominados, compondo-se um pluralismo cultural por meio do que ele denomina “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2009).

Quanto ao pensamento pós-abissal e à ecologia dos saberes, Santos (2009) coloca que

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul, usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna), e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 2009, p. 45).

Nesse sentido, pode-se compreender a ecologia de saberes como a coexistência não hierarquizada de conhecimentos e saberes num meio cultural pluralístico que reconheça como válidas, iguais, visíveis e autônomas todas as perspectivas de conhecimento do norte e do sul, de cá da linha e de lá da linha, numa composição diversa e heterogênea.

Na perspectiva do movimento de construção e reconhecimento de epistemologias do sul latino-americanas, destacamos o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009), para o qual a diferenciação entre colonialidade e colonialismo devem ser consideradas:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre e nem necessariamente implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. (QUIJANO, 2009, p. 72).

Dessa forma, Quijano (2009) clarifica a questão aqui abordada, indicando a colonialidade enquanto movimento do momento presente e que, conforme indicado anteriormente, determina o reconhecimento da produção de conhecimento no mundo.

Assim, para possibilitar a constituição de um pensamento pós-abissal e uma ecologia de saberes que supere as determinações da colonialidade, Santos (2009) propõe a construção de epistemologias do sul voltadas à superação da linha abissal que separa as epistemologias do norte global, e do conhecimento produzido do lado de cá.

3 A CIDADE CAPITALISTA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Pensar a cidade capitalista nas periferias do capitalismo, como o Brasil, perpassa pela noção de que a produção do espaço urbano onde se materializa a cidade se determina em relação ao modo de produção.

Para tanto, a compreensão da produção deste espaço urbano determinado pelo capitalismo deve se dar a partir de uma leitura crítica das relações dialéticas da sociedade apartada em classes, bem como do papel do Estado na manutenção da reprodução deste estado de coisas, ou seja, possibilitada a partir de uma leitura marxista do movimento dialético da realidade concreta.

Contribuindo para o olhar destas realidades, se conjuga a perspectiva teórica lefebvriana, que tem na ideia de produção de Marx o ponto convergente para a compreensão do espaço e da questão urbana, bem como o deslocamento do método dialético de Marx a uma dialética espacial.

A noção de “produção”, por meio de uma abordagem “marxista-lefebvriana” baseada nas perspectivas teóricas de Marx e Lefebvre, possibilita o pensar em duas subcategorias: uma de perspectiva subjetiva, por meio da noção de produção do ser enquanto ser genérico e das relações sociais em um espaço e tempo específicos, e uma de perspectiva objetiva, por uma noção de produção enquanto materialidade consubstanciada nos produtos e objetos de consumo (CARLOS, 2016).

Pensar o conceito de produção para além do sistema material imposto que, num movimento dialético, cria e supre necessidades e desejos humanos, nos possibilita a reflexão sobre o movimento de produção e reprodução da vida, do processo histórico de constituição do ser e sua relação de dominação dos meios naturais, e do estabelecimento de práticas sociais em espaços e tempos determinados e determinantes.

Dessa noção “marxista-lefebvriana” de produção há, portanto, a “reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção capitalista” (CARLOS, 2016, p. 57), pois, para a possibilidade de desenvolvimento deste sistema, houve e há a necessidade de

o espaço social ser determinado conforme as demandas e regras daquele, relacionadas principalmente à divisão social e ao territorial do trabalho, o que também, a partir de um movimento dialético, determina e reproduz a noção de ser e de vida.

Assim, ao compreendermos o capitalismo como modo de produção que se desenvolveu de forma lenta e complexa em decorrência de transformações políticas e da própria noção de sociedade de classe, ressignificada no Estado moderno (SPOSITO, 2001), há de se reconhecer que a compreensão de espaço urbano e cidade historicamente aceitos passa pela compreensão e determinação do capitalismo como modo de produção também destes espaços, das relações sociais e da própria identidade coletiva e individual do ser que neles se estabelecem.

Nessa perspectiva, quanto à definição de espaço, Santos (1988) afirma que este:

[...] deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1988, p. 26).

Esta “sociedade em movimento”, por sua vez, como já indicado, se organiza na produção, nas perspectivas objetivas e subjetivas, e no espaço por meio de um direcionamento hegemônico, conforme as relações estabelecidas pelo capital.

Dessa forma, as problemáticas passadas e atuais atinentes à produção e reprodução do espaço urbano na perspectiva das cidades e suas relações de poder são decorrentes do estabelecimento e desenvolvimento do capitalismo.

A cidade capitalista enquanto palco da vida e da reprodução do capital parecia oferecer subsídios para a população que migrava do campo até ela no êxodo rural, em busca de outras condições de vida calcadas na perspectiva da cidade como local que possibilitava a venda da força de trabalho. Assim é que, na perspectiva de países aqui adotadas, a partir da segunda metade do século XX, se iniciou uma urbanização acelerada, fazendo com que suas cidades revelassem diversos problemas relacionados ao inchaço populacional (SPOSITO, 2001).

No Brasil, o crescimento desenfreado e desordenado das cidades, que contribui diretamente para a produção e reprodução das desigualdades socioterritoriais, é problemática que se complexifica ainda mais quando da inversão do local de moradia do rural para o urbano, entre as décadas de 1970 e 1980 (MARICATO, 2013).

Esta problemática hoje se desdobra na questão da desigualdade e segregação socioespacial, tendo em vista que as áreas centrais das cidades onde há infraestrutura, equipamentos públicos, e normalmente se configura como o local do trabalho é ocupada

por classes dominantes, sendo as classes dominadas a partir da lógica desigual do capital condicionadas às áreas periféricas precárias e não desenvolvidas.

Nessa lógica, o movimento de construção e reprodução dos espaços limita e nega o direito à cidade. O conceito de direito à cidade, em Lefebvre (2001), é construído a partir de uma perspectiva de apropriação subjetiva e ideológica do espaço pelos cidadãos, afirmando que este direito somente se concretiza quando ocorre a apropriação do espaço por todos os cidadãos por meio do uso, visando à satisfação de necessidades e expansão de possibilidades de toda a coletividade por meio do controle sobre as formas de habitar e viver a cidade.

Koga (2011), ao relacionar direito e cidade, compreende-os como construídos e concretizados a partir de lugares concretos:

[...] o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar. (KOGA, 2011, p. 33).

Dessa lógica de lugares concretos no contexto urbano dos países da periferia do capital, a reflexão do direito à cidade e sua negação revelam as diversas contradições que permeiam a cidade, quando a

[...] negação do direito à cidade se expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo e na degradação ambiental. (MARICATO, 1996, p.32).

Nessa perspectiva, pensar o acontecer da vida em toda sua abrangência dentro dos limites do urbano é pensar e colocar como ponto central o direito à cidade, implicando compreender o processo histórico de construção/formação das cidades sem projetos e planejamento da perspectiva das demandas das pessoas que nelas habitam e reproduzem este acontecer da vida.

A carência histórica desse tipo de planejamento resulta hoje na necessidade cada vez maior de se construírem políticas públicas de cidadania voltadas ao urbano, ao controle da expansão urbana, do uso do solo e da distribuição da cidade, ou seja, a necessidade de se construir uma verdadeira política de planejamento urbano voltada às pessoas, que vivem as carências urbanas e coexistem no território da cidade.

Relacionando a importância de se pensar o território e planejar o urbano como garantia e confirmação da cidadania, Koga (2011) afirma que:

[...] faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço não somente de habitação, mas também de vivência e convivência. Significa morar bem, passear com prazer e segurança, e usufruir bem dos serviços.

Esta visão de território parece distanciar-se cada vez mais do cotidiano dos grandes centros urbanos, pois, aliada ao fato de regiões periféricas das metrópoles serem normalmente desprovidas das condições básicas de sobrevivência, ocorre uma forte tendência de segregação socioespacial. (KOGA, 2011, p. 117).

Essa concepção de Koga (2011) coaduna com o conceito de direito à cidade de Lefebvre (2001), visto que o desenvolvimento pleno da cidadania a partir da noção de território deve abranger os espaços de convivência e o movimento de apropriação e uso destes espaços que compõem o território.

Superadas as pontuações sobre a produção social do espaço urbano, podemos pensar sobre a cidade capitalista na periferia do capital, tendo o Brasil como foco de análise.

O processo de urbanização da sociedade brasileira inicia-se antes mesmo do intento industrializador enquanto projeto de modernidade e desenvolvimento. Entretanto, o movimento de deslocamento do campo à cidade acentua-se a partir da década de 1930 no governo Vargas, que firma o processo de industrialização no Brasil, com o objetivo de superar a necessidade de importação para o setor agrário exportador e a satisfação das necessidades do mercado interno, investindo fortemente em infraestrutura para possibilitar o desenvolvimento industrial (MARICATO, 2013).

Dessa forma, com a população rural deslocando-se até os centros urbanos ocupados e produzidos pelo grande setor industrial, as cidades não estavam preparadas estruturalmente para este movimento de ocupação, visto que não ofereciam suporte para as necessidades de saneamento, abastecimento de água e energia, e transporte e saúde (MARICATO, 2013).

Ainda, em decorrência do crescente processo de generalização da terra como propriedade privada, e, portanto, mercadoria para o modo de produção, a cidade formal oferecida pelo capital imobiliário já atuante se mostrava inacessível para boa parte dessa nova população urbana, visto que a promessa de absorção da mão de obra nas indústrias não se concretizou, produzindo populações sem renda, moradia e direitos.

Esse processo de formação de uma população urbana às margens da formalidade, seja no sentido do trabalho ou do sistema de produção, impacta diretamente na formação e ocupação do espaço urbano. Isso porque os primeiros movimentos de um urbanismo planejado e voltado às concepções de um urbanismo moderno implementa ainda na primeira metade do século XX, ações higienistas e de embelezamento paisagístico que expulsam populações que, da perspectiva destas ações, degradavam o espaço e a paisagem, para os morros e bordas periféricas, a cidade informal, que, assim como no início

do processo de urbanização, não tinha (e por vezes ainda não tem) infraestrutura básica para uma moradia digna e adequada (MARICATO, 2013).

Koga (2011), tratando desses movimentos de expulsão territorial, afirma que “no Brasil, desenvolvia-se essa prática tendo a higiene como ideologia, isto é, como o pressuposto básico para colocar o país no caminho da civilização. Um patamar de civilidade baseado em uma prática excludente” (KOGA, 2011, p. 46). Esta busca por adequar-se a patamares de civilidade aparente por meio de ações nos centros urbanos também pode ser compreendida como a imposição de modelos e projetos de desenvolvimento dos países desenvolvidos do norte global e do centro do capital, ou seja, mais uma aparente prática que emerge da colonialidade do conhecimento e das práticas.

Neste sentido, Maricato (2000), problematizando o ideal de planejamento modernista importado do norte global, afirma que:

Em se tratando de países da semiperiferia, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado "primeiro mundo" aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente (MARICATO, 2000, p. 123).

Outro evidente problema que caracteriza as cidades do capitalismo periférico é o cada vez mais crescente processo de favelização intrínseco ao processo de urbanização dessas cidades. A ocupação de terras urbanas como problema estrutural e institucionalizado se dá em decorrência de um mercado imobiliário excludente, que mercantiliza a terra muito acima da capacidade da renda da maioria da população, e de uma deficitária ou ausente política social neste sentido (MARICATO, 2000).

Santos (1993) destaca também a urbanização corporativa, entendida como aquela que é implementada a partir dos interesses específicos da grande indústria monopolista do capital, como determinante para o redirecionamento dos recursos públicos como investimento econômico, ao invés de direcionamento aos gastos sociais, o que impacta diretamente na manutenção da desigualdade social que implica a forma de ocupação e reprodução do espaço e do modo de urbanização.

Ainda em Santos (1993), a questão da especulação imobiliária como fator determinante para a problemática da cidade periférica é levantada no sentido de que:

[...] o processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos. O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez

maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social. A lei da escassez se afirma então com mais força, e amplia as diferenças já existentes entre lugares urbanos do ponto de vista das amenidades (SANTOS, 1993, p. 96).

Com a constatação de Santos (1993), retornamos às proposições iniciais deste tópico, referentes a como o modo de produção capitalista determina a produção e reprodução do homem, da vida e do espaço.

Há de se considerar também para uma leitura ampla do acontecer urbano brasileiro, o passado colonial e as raízes do histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira, calcado no autoritarismo (CHAUI, 2000), patrimonialismo e clientelismo (FAORO, 2012), e na sociedade relacional (HOLANDA, 1984; DaMATTA, 1997).

Assim, por meio desta leitura marxista da realidade urbana de que o espaço urbano, quando tido como mercadoria, torna-se produção social e envolve relações sociais é que se tem o panorama geral da cidade no capitalismo periférico e suas características, no Brasil, provenientes do projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Entretanto, para se compreender a realidade urbana com maior profundidade, ainda que de perspectivas marxistas-lefebvrianas, faz-se necessária a atenção à produção do conhecimento a partir de olhares locais que, vivenciando e experimentando o movimento da realidade concreta local, constroem bases teóricas que podem melhor refletir a condição real da questão urbana brasileira.

4 PERSPECTIVAS TEÓRICAS “DO LADO DE CÁ DA LINHA ABISSAL” PARA COMPREENDER A REALIDADE URBANA BRASILEIRA

Em decorrência das diferenças no processo de urbanização e dos problemas decorrentes deste processo entre as realidades dos países da periferia do capital e países desenvolvidos, tem-se a necessidade de se pensar perspectivas teóricas construídas a partir de olhares voltados à realidade concreta dos países que compõem a periferia do capitalismo globalizado.

Isso também acontece porque, na perspectiva de dominação do conhecimento pelas epistemologias eurocêntricas e do norte global, as teorias que visam explicitar a questão urbana, por vezes não se aplicam à compreensão da realidade dos países subalternizados, primeiro porque não levam em consideração as particularidades do modo de desenvolvimento urbano nestes países, segundo porque não consideram o nível de

desigualdade social que caracteriza esses espaços e que impacta diretamente nas questões quantitativas e qualitativas do consumo e do desenvolvimento econômico, elementos tão necessários para a reprodução do modo de produção.

Assim, ainda que as proposições clássicas europeias por vezes contribuam para a construção do conhecimento, se faz necessário compreendermos dada realidade por meio de perspectivas teóricas construídas a partir desta dada realidade, ou seja, conhecimento produzido a partir da realidade empírica.

Nessa perspectiva, pode se compreender o conhecimento produzido acerca da realidade urbana brasileira e o planejamento urbano brasileiro, uma vez que, além de importar teorias e formas de planejar, estas quando implementadas, são somente em territórios privilegiados das cidades, não observando a realidade concreta, a discrepância entre a divisão e distribuição dos espaços da cidade e a segregação socioespacial que caracteriza as cidades brasileiras (MARICATO, 2000).

Para Maricato (2013), o problema da cidade periférica não reside somente na desigualdade social, objeto de Políticas Públicas de distribuição de renda, mas também na desigualdade espacial da qual devia haver Políticas Públicas de distribuição do espaço urbano da cidade.

Nesse sentido, se faz necessário pensar alternativas teóricas para compreender a realidade concreta das cidades brasileiras.

Assim, a partir das conceituações já levantadas sobre as “Epistemologias do Sul”, com fundamento em Boaventura de Souza Santos (2009), e a necessidade de superar a colonialidade, com fundamento em Aníbal Quijano (2009), elencamos neste trabalho um dos mais importantes intelectuais marxistas brasileiros do século XX para refletirmos sobre o conhecimento científico produzido a partir da realidade empírica do sul global quanto à questão urbana: Milton Santos.

Milton Santos foi professor e geógrafo, e contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento de um pensamento crítico da geografia humana e urbana brasileira, que pode ser apropriado pelas ciências sociais e seus objetos interdisciplinares, como os urbanos.

Santos (1979) se destaca por seus estudos sobre a urbanização do terceiro mundo contrapondo-se às visões hegemônicas e dominantes da construção do conhecimento científico, bem como por suas perspectivas críticas do modelo de relações provenientes da globalização que se desenvolvia fortemente entre as décadas de 1980 e 1990.

Relacionando para a geografia a importância de se construírem perspectivas teóricas a partir do território e da realidade concreta localizada, Santos (1979) define que:

[...] se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem, pois a história não se escreve fora do espaço e não há Geografia espacial. (SANTOS, 1979, p 10).

O conjunto de mais de 40 obras escritas por ele é permeado por visões críticas de conceitos já estabelecidos na geografia, bem como novos conceitos e visões a partir das peculiaridades da formação socioespacial dos países periféricos do capitalismo. Dessa forma, trabalhou temas e categorias como globalização, capitalismo, desenvolvimento urbano, território, demografia e cidadania enquanto constituída a partir do território e da economia urbana, sempre a partir de olhares voltados aos subalternos e periféricos.

De seu conjunto de obras que compõem uma visão crítica do acontecer urbano e da constituição do espaço como espaço social e relacional, destacamos quatro de fundamental importância para a construção de uma visão sobre a realidade concreta brasileira: “Por uma geografia nova” (2004), “Espaço e sociedade” (1979), “A natureza do espaço” (2006) e “O espaço dividido” (1978).

Em “Por uma geografia nova” (2004), Santos trata de forma profunda e analítica a categoria conceitual “espaço”, pensado enquanto construção social e indissociável das relações sociais que por ele e nele se reproduzem. Como numa lógica dialética, o espaço é constituído e constituidor das relações sociais de vida do sujeito. Nesse sentido, as perspectivas de Santos (2004) se voltam à identificação da totalidade dos processos de formação desse espaço. Além do mais, a partir do materialismo histórico dialético, considera que o conceito de espaço, bem como o de território, sempre em relação mútua, são constituídos historicamente, sendo constituídos de representações sociais passadas e presentes, permeadas por relações e estruturas definidas pelo modo de produção enquanto econômico da vida e do sujeito (SANTOS, 2004).

Dessa forma, das relações que são constituídas pelo e no espaço decorrem desigualdades provenientes das divisões funcionais e de atividades de cada um dos agentes formadores que compõem a sociedade total. Nesse sentido, sendo o espaço constituído e organizado a partir do movimento do homem nas relações em sociedade, cada sociedade, de uma perspectiva de composição histórica, produz seu espaço e lugar com suas particularidades e características (SANTOS, 2004), daí a necessidade de ser interpretado enquanto realidade concreta.

A partir desta obra, se percebe também como, para Santos (2004), o espaço é central na questão da análise econômica e política

Já em “Espaço e sociedade” (1979), Santos (1979) enfoca a questão do espaço a partir da sua formação econômica e social, o compreendendo enquanto totalidade da vida social, constituída e determinada pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Daí as desigualdades na formação deste espaço em decorrência da própria lógica do sistema de modo de produção que influencia inclusive a distribuição da população nestes espaços, contribuindo para a questão da segregação socioespacial.

Nesta perspectiva teórica, Santos (1979) aborda também a questão das práticas sociais como condicionadas pela formação e pelo uso do espaço e da industrialização enquanto processo social e tecnológico como elemento no processo de urbanização. Ainda nessa obra, Santos (1979) traça as primeiras posições quanto à teoria dos circuitos da economia urbana, que será integralmente desenvolvida em “O Espaço Dividido”.

Em “A natureza do espaço” (2006), a categoria analítica espaço continua sendo central, entretanto, agora pensada a partir de novas categorias teóricas, como os sistemas de objetos e sistemas de ações, elencando o fenômeno técnico aqui compreendido como seu clássico conceito de “meio técnico-científico-informacional” como condição histórica do processo de transformação do espaço (SANTOS, 2006).

Há ainda nessa obra a reiteração da importância de compreensão da relação espaço-tempo, visto que, em decorrência do desenvolvimento das técnicas, o tempo se consubstancia como elemento diverso de momentos anteriores.

Entretanto, não desconsiderando a importância das obras anteriormente descritas para os objetivos deste trabalho, no sentido de pensar perspectivas teóricas que constituam mirantes epistemológicos da realidade concreta do movimento urbano na cidade da periferia do capitalismo global, temos a obra “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” (1978).

Nessa obra, Santos (1978) tece pormenorizadamente a sua teoria voltada à compreensão do desenvolvimento econômico e urbano das cidades dos países subdesenvolvidos. Nela, o geógrafo marxista deixa claro que o processo de urbanização decorrente do subdesenvolvimento dos países periféricos carece de uma interpretação interdisciplinar do fenômeno voltada às suas particularidades, que não são abarcadas pelas teorias de desenvolvimento proveniente dos países desenvolvidos.

É nesse sentido que Santos (1978) apresenta sua própria visão como proposta teórica efetiva do Terceiro Mundo, entendendo que a realidade ali observada não se trata

de um processo em desenvolvimento, mas de um subdesenvolvimento já constituído com particularidades que necessitam ser clarificadas e compreendidas (SANTOS, 1978).

Buscando compreensões que a “Teoria Etapista de Desenvolvimento”, de Rostow (MONTENEGRO, 2012), e a “Teoria das Localidades Centrais”, de Christaller (SERPA, 2016) – teorias desenvolvidas a partir de realidades eurocêntricas desenvolvidas – não davam conta de explicar, referentes ao fenômeno do desenvolvimento econômico-urbano e ao comportamento de rede urbana, respectivamente, Santos (1978) rompe definitivamente com as concepções dualistas compostas pelo binômio moderno/tradicional, e desenvolve uma perspectiva dialética entre circuitos de econômica urbana superior e inferior.

Assim, Santos (1978) desenvolve uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” a partir da “Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana”, identificando nos países subdesenvolvidos a coexistência de dois circuitos econômicos compostos por fatores técnicos-informacionais, lógicas de produção e consumo e atores distintos.

Nesse sentido, Sposito (2000) afirma que o desenvolvimento da teoria dos dois circuitos se configura como uma verdadeira “abordagem, principalmente a partir de e para os países subdesenvolvidos” (SPOSITO, 2000, p. 52).

Coexistindo de forma interdependente e se inter-relacionando por meio da complementaridade, de um lado o circuito superior, composto predominantemente por sistemas, modos e atividades de alto grau tecnológico, alto grau de capital e alto grau de organização – os bancos, a indústria moderna, as transportadoras, o comércio e indústria de exportação; e de outro o circuito inferior, composto por atividades, sistemas e modos de solução tecnológicas não modernas, com baixo grau de capital e baixo grau de organização – sobretudo pequenos comércios e serviços não modernos, voltados ao consumo das classes mais baixas e de menor renda (SANTOS, 1978; MONTENEGRO, 2012).

Quanto à caracterização do circuito superior, Silveira (2011) clarifica que:

Originado diretamente da modernização tecnológica e organizacional, o circuito superior é representado, sobretudo, por monopólios e oligopólios, cujas relações se dão fora da cidade e da região. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação que perfazem o seu trabalho alargam-se a cada dia, confundindo tantas vezes sua vida de relações extrovertidas com o trabalho da cidade como um todo. O dinheiro e os instrumentos financeiros são abundantes, inclusive porque várias das empresas que constituem o circuito superior são bancos ou controlam bancos. Exercendo interferências sobre as demais atividades. Detentor de grandes volumes de mercadorias, exceto lojas especializadas de preços muito altos ou mesmo as atividades sob encomenda, o circuito superior é hoje capaz não apenas

de dominar a massa, mas sobretudo os fluxos, com o extraordinário desenvolvimento da logística, dos métodos de *just-in-time* e das tecnologias da informação (SILVEIRA, 2011, p. 68).

Entretanto, a teoria de Santos (1978), também enxerga e traz para a discussão científica o circuito inferior, reconhecendo-o como parte elementar da configuração econômica-urbana, desmistificando assim a visão do circuito superior como totalidade da cidade e da economia produtiva do desenvolvimento.

Tratando sobre o circuito inferior, Silveira (2011) compreende que ele é resultante “indireto de um acontecer hierárquico portador de um novo sistema técnico e político nascido das privatizações e da redução de funções do Estado, cujas manifestações mais visíveis são demissões, normas de ‘flexibilidade trabalhista’ etc” (SILVEIRA, 2011, p. 71).

Tratando da composição deste circuito agora visibilizado por meio desta teoria, Silveira (2011) indica que:

O circuito inferior caracteriza-se pela fabricação e pelo comércio em pequenas quantidades, pela utilização de capitais reduzidos e por um leque de situações de emprego – acordos pessoais entre patrão e empregado, trabalho autônomo, trabalho familiar e pequenas empresas. São atividades de pequena dimensão como o pequeno comércio varejista e inclusive ambulante, diversas formas de artesanato e de reparação e consertos, alguns transportes, prestação de serviços banais ou mesmo a agricultura intraurbana presente em algumas cidades. (SILVEIRA, 2011, p. 70).

A inter-relação entre os distintos circuitos se dá de forma complementar e ao mesmo tempo hierárquica e subordinante, figurando como subordinado o circuito inferior pela sua relação de dependência no aproveitamento das tecnologias superadas e inutilizadas pelo circuito superior e na relação de financeirização.

A decorrência desses dois circuitos de produção e distribuição se dá pela segmentação da possibilidade de satisfação das necessidades criadas pelo modo de produção, gerando diferenciações quantitativas e qualitativas do consumo nas economias periféricas. Essas diferenciações são, num movimento retroalimentar, causa e efeito dos diferentes circuitos, ou seja, são condição de possibilidade de sua existência ao mesmo tempo que reflexo dos circuitos (MONTENEGRO, 2012).

Assim, a “Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana” se contrapõe às teorias que explicam o desenvolvimento econômico-urbano nos países desenvolvidos tal qual a “Teoria Etapista”, de Rostow. Entretanto, além disso, a teoria de Milton Santos também se contrapõe à noção de comportamento de rede urbana nos países desenvolvidos, que tem como destaque a “Teoria das Localidades Centrais”, de Christaller.

A “Teoria das Localidades Centrais”, de Christaller, é a base teórica utilizada para a compreensão das relações estabelecidas entre as cidades de países desenvolvidos que, a partir desta perspectiva, se constituem em detrimento de uma hierarquia definida espacialmente por meio de bens e serviços oferecidos por diferentes cidades, formando-se assim localidades centrais de níveis estratificados (CORRÊA, 1988), que funcionam a partir da lógica de rede.

A necessidade de se analisar e compreender a rede como “morfologia social” que altera as formas de estruturação das relações, sejam sociais, de poder, culturais ou produtivas (CASTELLS, 1999), nos remete também à sua compreensão espacial, pois, enquanto rede urbana, se constitui no espaço por meio das relações econômicas e sociais entre os centros urbanos de diversos níveis hierárquicos.

A essa teoria, tida neste trabalho também como uma epistemologia dominante, Santos (1978) se contrapõe, pois para ele e sua teoria essa perspectiva hierarquizada de centros e subcentros num contexto regional mostra-se limitada, visto que sua aplicação no contexto de países subdesenvolvidos é problemática na medida em que não considera a relação do circuito inferior como elemento que compõe estas relações em rede.

Assim, essas principais perspectivas teóricas de Milton Santos, reconhecidamente de matriz marxista e desenvolvidas a partir de olhares fixos na realidade concreta do acontecer urbano brasileiro, parecem se consubstanciar como epistemologias do sul, produzidas no sul, pelo sul e a partir do sul global.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: É POSSÍVEL UMA EPISTEMOLOGIA MARXISTA DECOLONIAL?

Iniciamos as considerações finais com a proposição de Simionatto (2011), que ao tratar sobre as reinterpretações e reconfigurações das perspectivas teóricas de Marx que Gramsci apresenta em suas obras, esclarece que:

[...] a teoria social de Marx não é constituída por dogmas e sim por propostas que precisam ser compreendidas a partir de diferentes momentos do movimento histórico. Isso porque o marxismo é pensamento e ação; ou seja, a história é um processo dialético de conservação/renovação. Repetir mecanicamente Marx, Engels ou Lênin como uma cartilha é ser, antes de tudo, antimarxista. [...] nesse processo conservação/renovação, entende que os pressupostos teóricos do marxismo devem continuar a ser o fio condutor de uma proposta de caráter revolucionário (SIMIONATTO, 2011, p. 43).

A partir dessa reflexão da compreensão de que os pressupostos teóricos do marxismo podem e devem continuar sendo o pano de fundo para as interpretações da realidade social historicamente constituída, mas que num verdadeiro processo dialético devem levar em conta que este movimento histórico requer renovações e reinterpretações dos postulados, é que parte a perspectiva de possibilidade de uma epistemologia do sul de cunho marxista, que neste trabalho é exemplificada pelas proposições teóricas de Milton Santos sobre o urbano brasileiro.

A proposta de se pensar uma perspectiva marxista decolonial parte de uma noção de que a linha teórica de Marx e seus postulados decorrentes não necessariamente reproduzem visões integralmente eurocêntricas, consubstanciando-se em uma teoria social que é pertinente para a interpretação e compreensão da totalidade do movimento real de sociedades da periferia do capitalismo global, superando a aplicação tão somente para as realidades de onde foram construídas.

Marx, por meio do materialismo histórico dialético, lança bases de uma teoria social que serve como mirante epistemológico enquanto crítica ao capital e à compreensão das sociedades de classe de forma abrangente, e que, conforme já indicamos no início deste tópico, pode e deve ser reinterpretada e renovada num verdadeiro movimento dialético, a partir de outras realidades concretas que não aquela observada quando de sua formulação.

Nesse mesmo sentido é a compreensão de Borba e Benzaquen (2020) que, desenvolvendo uma síntese entre o marxismo e o que se compreende como pós-colonialismo, defendem que:

[...] a crítica ao eurocentrismo não implica o fim do marxismo nem das perspectivas emancipatórias, mas o desafio de sua reinvenção e de seu próprio desenvolvimento como teoria crítica viva, imanente às lutas sociais históricas. Não há razão para advogar um retorno às origens, posição completamente estranha ao modo de pensar marxiano. As categorias marxistas são históricas e, como tais, devem ser constantemente retrabalhadas de acordo com as transformações do mundo (BORBA e BENZAQUEN, 2020, p. 11).

Desse modo, a teoria social marxista não deve ser compreendida como estanque e imutável. Ter a leitura crítica do mundo, dos modos e da vida de base marxista é condição de possibilidade para compreensões que buscam a totalidade para movimentos que buscam a transformação do estado de coisas atual da sociedade capital-burguesa.

Neste sentido de reformulações e reinterpretações, Gramsci já o fez de forma a ampliar as visões do marxismo ortodoxo para realidades concebidas por meio e a partir do Fascismo Italiano.

Ademais, deve se conceber o marxismo como uma corrente não homogênea inspiradora de diversos trabalhos voltados à análise de problemas para além do contexto europeu, mas que, entretanto, se inserem numa realidade mundializada. Isso aconteceria se a interpretação do marxismo estivesse atrelada tão somente aos limites europeus, como poderiam os teóricos do mundo concreto existente para além da Europa explicar as problemáticas decorrentes e persistentes das relações de domínio colonial entre metrópoles e (ex)colônias, que se refletem e se reproduzem a partir do modo de produção capitalista e suas características de sociedade de classe (AGUIAR, 2018).

Nesse sentido reside a crítica de Aguiar (2018) aos estudos que, em nome da decolonialidade, rompem integralmente com o marxismo desconsiderando a lógica capitalista e as relações provenientes do capitalismo na determinação do próprio movimento colonialista do saber, das relações de poder e da vida:

A crítica que realizamos [...] está amparada pelo fato de que foram correntes e intelectuais que rejeitaram as grandes narrativas históricas – mesmo as não eurocêntricas – bem como os fundamentos materiais do ser social, o próprio conhecimento objetivo e nesse terreno de reflexão desconsideraram as relações sociais que expressam contradições, ou, para novamente usar categorias gramscianas, relações de força entre os sujeitos sociais históricos constituídos a partir dessas relações. A lógica de acumulação e reprodução do capitalismo estudada pela teoria marxista revolucionária enquanto sistema socioeconômico, político e ideológico, implica necessariamente delegar relevância não só ao capital como à relação social historicamente específica, mas também à sua articulação com as relações de poder que resultaram, por exemplo, na expansão territorial por ocupação física (colonialismo clássico), dominação político-econômica indireta (imperialismo e neocolonialismo) ou dominação ideológica-cultural (pós-colonialismo). (AGUIAR, 2018, p. 74).

Assim, pensar em perspectivas de epistemologias do sul que se consubstanciem como de matriz marxista, excetuadas possíveis análises estritamente fundamentalistas, não parece ser um óbice.

Por fim, nesse sentido de possibilidade de epistemologias do sul marxistas temos que as proposições teóricas de cunho marxista de Milton Santos, se pensadas a partir da lógica de constituição de saberes e conhecimentos em contraposição e como alternativa às epistemologias dominantes, conforme proposto por Boaventura de Souza Santos e Aníbal Quijano, podem sim consubstanciar-se como epistemologias do sul voltadas à compreensão da realidade empírica do acontecer urbano de países da periferia do capital globalizado ou, como denominava Milton Santos, países do Terceiro Mundo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Jórisa Danilla N. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. In **Revista Observatório Latinoamericano y Caribeño**. N. 2, 2018, p. 59 – 78. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/2784> Acesso em: 10 nov. 2020.
- BORBA, Pedro dos Santos; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. Teoria crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 35 N° 103 /2020: e3510312. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510312/2020> Acesso em: 27 jul. 2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., - São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n.1, p.61-83, jan./mar.1988.
- DaMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori et. al. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MARICATO, Erminia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.



MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**. vol. 53, num. 1, enero-junio. 2012, pp. 147-164. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3477/347730388009.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica**. 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SERPA, Angela. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., - São Paulo: Contexto, 2016.

SILVEIRA, Maria Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson M.; DIAS, Christina D. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Editora Insular, 2011, p. 62-68.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A teoria dos dois circuitos de economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento e sua superação?** In: SOUZA, Álvaro José. Bauru: Saraiva, 2000.


SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 13. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

NOTAS:


TÍTULO DA OBRA

Epistemologias Marxistas “do lado de cá da linha abissal” para compreender a realidade urbana brasileira

Nei Alberto Salles Filho

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Ponta Grossa-PR, Brasil
nei.uepg@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-4231-2988>

Diego de Paula

Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Ponta Grossa-PR, Brasil
diegodp.adv@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-2086-8803>

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 29/07/2021

Aprovado em: 02/04/2022

